

## Refugiados venezuelanos nas fronteiras do Brasil durante a pandemia da covid-19: uma análise a partir dos estudos de segurança

*Venezuelan refugees at the borders of Brazil during the covid-19 pandemic: an analysis based on security studies*

**Resumo:** A pandemia da Covid-19 impactou incisivamente nas questões migratórias em Roraima, produzindo efeitos tanto nos fluxos de migrantes e refugiados vindos da Venezuela, como também na gestão dos processos migratórios realizada por governos, organizações internacionais e atores civis. O presente trabalho tem como objetivo apresentar e expor a situação dos refugiados venezuelanos nas fronteiras brasileiras durante a pandemia do Coronavírus, analisando o fluxo migratório a partir dos estudos de segurança internacional, sob a teoria de Buzan e Weaver. Para isto, foi realizado um clipping sobre a atuação da Operação Acolhida, deflagrada pelo Exército Brasileiro em 2018, considerada uma Força-Tarefa Logística Humanitária, focando nas ações desenvolvidas durante a pandemia. Torna-se necessário e urgente a cooperação colaborativa e solidária entre os agentes nacionais e transnacionais para mitigar o sofrimento das pessoas que se encontram vulneráveis, como os refugiados, que antes do fechamento da fronteira, chegavam diariamente em grande número ao território brasileiro.

**Palavras-chave:** clipping; Covid-19; Operação Acolhida; refugiados; segurança social.

**Abstract:** The Covid-19 pandemic had an incisive impact on migration issues in Roraima, producing effects both on the flows of migrants and refugees coming from Venezuela, as well as on the management of migration processes carried out by governments, international organizations and civil actors. This article aims to present and expose the situation of venezuelan refugees on the brazilian borders during the Coronavirus pandemic, analyzing the migratory flow based on International Security Studies, under the theory of Buzan and Weaver. For this, a clipping was carried out on the performance of Operation “Acolhida”, launched by the Brazilian Army in 2018, considered a Humanitarian Logistics Task Force, focusing on the actions developed during the pandemic. Collaborative and solidary cooperation between national and transnational agents is necessary and urgent to alleviate the suffering of people who are vulnerable, such as refugees, who arrived daily in large numbers to brazilian territory before the border was closed.

**Keywords:** clipping; Covid-19; Operation “Acolhida”; refugees; social security.

**Luísa Guimarães Vaz** 

Exército Brasileiro. Escola de Comando e Estado - Maior do Exército.  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.  
luisavaz1604@gmail.com

**João Batista de Aguiar Filho** 

Exército Brasileiro. Escola de Comando e Estado - Maior do Exército.  
Rio de Janeiro, RJ, Brasil.  
joaoaguiarf@gmail.com

**Recebido: 15 ago. 2021**

**Aprovado: 28 out. 2021**

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



## 1 Introdução

As fronteiras nacionais se abrem e fecham de tempos em tempos, apesar da busca constante da ordem liberal em se reinventar, como na atual conjuntura epidêmica da Covid-19. Atormentada pelo crescimento do nacionalismo e pelo poder econômico de países não ocidentais, a era moderna enfrenta uma epidemia com redução de acessos às fronteiras. As linhas que desenham o fechamento de acessos estão sendo traçadas para dentro dos aglomerados sociais dos Estados, na medida em que o trabalhador migra para casa após o encerramento do trabalho, não sendo bem-vinda (o) em seu próprio lar. Os conglomerados de isolamento e centros de segregação assemelham-se para os indivíduos a centros de detenções, e claramente, isso apresenta-se como um processo sem volta para a globalização liderada pela OMC (Organização Mundial do Comércio), UE (União Europeia) e Zonas de Comércio Livre com base em normas liberais (GHOSH e CHAUDHURY, 2020). As ideias liberais de John Locke devem enfrentar um inegável fato, a situação atual requer medidas de prevenção necessárias que são desconfortáveis ao mundo anterior à pandemia e que se assemelham a aparelhos repressivos para os interesses liberais, já que para Locke, um estado de perfeita liberdade seria aquele que resguarda os direitos as posses e as pessoas, conforme a conveniência de seus interesses, dentro dos limites de proteção aos direitos naturais dos indivíduos, que são o direito à vida, à liberdade e à propriedade. Mas isto deveria acontecer num fluxo natural, sem a necessidade da permissão ou de dependência da boa vontade advinda de outro homem (LOCKE, 1978).

A pandemia da Covid-19 gerou turbulência sem precedentes em múltiplas forças, tanto nos arbítrios políticos, como nos sociais, econômicos e epidemiológicos no mundo todo (GREER, et al. 2021). Este momento é um “período de guerra”, que acentua a percepção sobre três antigas crises: a falada crise ecológica; a crise do capitalismo de ordem global; e a crise biológica, evidenciada na atual pandemia da Covid-19. O aparato governamental não foi capaz de proteger seus cidadãos contra o agravamento de tais problemas, ao invés disso, legitimou os meios para que fosse possível chegarmos a essa situação, o que permite a indagação: sobre qual validade permanecem os Estados Nacionais? Esta questão é de difícil resposta, mas de certo modo, podemos elucidar que os Estados se amparam numa fronteira invisível que surgiu com o vírus, na qual se equilibram em garantir a vida de seus habitantes e atrasar as mortes promovidas pela propagação da doença (GHOSH e CHAUDHURY, 2020).

No Brasil, a primeira notificação oficial de pessoa portadora da Covid-19 aconteceu em 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo. Em todo território nacional a gestão dos processos migratórios e os fluxos de circulação foram fortemente afetados, devido às medidas sanitárias adotadas para o enfrentamento da doença (GREER, et al. 2021), fronteiras porosas de acesso internacional também sofreram com essa ambivalência entre a hospitalidade de acesso e a hostilidade do fechamento, uma delas foi a fronteira com a Venezuela, em Pacaraima, impactando o fluxo migratório por via terrestre de venezuelanos ao Brasil (TEIXEIRA, 2021). Enquanto a rápida disseminação do vírus revelou o quanto estamos conectados, as medidas epidemiológicas parecem negligenciar aqueles que procuram ajuda em outros países. Para alguns indivíduos não existe momento certo para deixar sua nacionalidade no passado e buscar por um lugar seguro (BRASIL, 2021).

O Brasil desenvolveu ao longo dos anos um perfil de país hospitaleiro e isso se reflete em nossas leis, como pode ser percebido nas mudanças ocorridas desde o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815), de 19 de agosto de 1980, à Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, conhecida como Lei de Migração. O Estatuto em questão foi criado durante o período militar, tendo como principal objetivo resguardar tanto a soberania nacional quanto os interesses brasileiros diante de uma possível ameaça estrangeira, ou seja, o imigrante era visto como um potencial inimigo (CLARO, 2020). Enquanto isso, pode-se observar inúmeras mudanças com a Lei de Migração, na qual garante aos refugiados direito a não deportação em massa em território nacional, proteção e a plena igualdade, que envolve o acesso ao Sistema Único de Saúde (CERÁVOLO e FRANCHI, 2020).

Apesar dessas mudanças, com a pandemia do novo Coronavírus, a situação dos refugiados venezuelanos, que já era delicada, ficou ainda pior. O fechamento da fronteira está amparado na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, conhecida por “lei de quarentena”, que determinou a restrição temporária de entrada e saída do país por rodovias, portos e aeroportos, com a alegação do governo brasileiro de que o SUS não iria suportar o tratamento de estrangeiros infectados pelo novo vírus (ASENSI; RIBEIRO; FILPO, 2021). Em muitos casos, a migração funciona como uma forma de acesso à área da saúde, porém, ao chegarem no Brasil, os venezuelanos encontram uma dissonância entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e o subsistema de saúde (MOREIRA e TORELLY, 2021).

Sendo assim, é evidente os impactos negativos da pandemia da Covid-19 em todas as esferas ao redor do mundo, principalmente em relação às questões sociais e humanitárias, essencialmente para as populações vulnerabilizadas. Uma dessas populações vulnerabilizadas, como foi visto anteriormente, são os refugiados que saem de seus países em busca de condições melhores de vida. Os venezuelanos têm sentido o impacto da crise social e humanitária vivida na Venezuela e potencializada pela pandemia, onde mesmo havendo a potencial contaminação pelo vírus, muitos ainda buscam o refúgio em outros países, sendo um deles o Brasil. Esse artigo tem por objetivo geral descrever o movimento migratório na fronteira de Roraima e Venezuela durante a pandemia e observar os impactos ocorridos, principalmente, em relação à Operação Acolhida, analisando a partir dos Estudos de Segurança.

## 2 Fontes e métodos

A fim de atingir o objetivo proposto, sendo ele: apresentar e expor a situação dos refugiados venezuelanos nas fronteiras brasileiras durante a pandemia do Coronavírus, analisando o fluxo migratório a partir dos Estudos de Segurança, primeiramente, foram analisadas as contribuições de Barry Buzan e os Estudos de Segurança aplicados à agenda de segurança social. Em relação à metodologia, foi utilizado o *clipping*, ferramenta de comparação de informações, que permite compreender a visão dos veículos de comunicação sobre determinado assunto. Ou seja, o *clipping* trata-se de um recorte das notícias veiculadas na mídia que retratam um mesmo objeto de estudo por diferentes ângulos, abordando perspectivas positivas, negativas e/ou neutras (CARVALHO; MOREIRA; CORDEIRO, 2018).

Este artigo será dividido em seis partes, no primeiro momento se contextualiza o problema a partir da introdução; na segunda parte apresenta-se o marco metodológico; na terceira parte é ilustrado a teoria de Buzan e Weaver sobre a nova agenda da segurança internacional; na quarta parte é relatado a origem do aumento do fluxo de migração venezuelana para o estado de Roraima, e os atores que atuam neste ambiente; em sua quinta parte é demonstrado o método *clipping* com as informações da Operação Acolhida; por fim, na sexta parte apresenta-se as conclusões do estudo.

### 3 Barry buzan e a agenda de segurança social no cenário internacional

Os estudos de segurança enfrentam novos desafios com o colapso da União Soviética e o fim do cenário de conflito bipolar com os EUA, ainda no início da década de 90, período em que muitas publicações foram influenciadas pelo fim da bipolaridade, e questionavam a própria natureza dos estudos publicados até então, que tinham como foco a rivalidade entre as duas superpotências e as ameaças de uma guerra nuclear entre ambas. Teóricos e teorias que tinham um escopo mais amplo sobre o tema de segurança ganharam maior notoriedade após este episódio, como a Escola de Copenhague, que teve um papel importante na evolução dos Estudos de Segurança Internacional (CERÁVOLO e FRANCHI, 2020).

A Escola de Copenhague foi uma organização de teóricos que discutiram a teoria de securitização, desenvolvendo um conjunto de conceitos e de quadros analíticos que viabilizassem a análise de segurança internacional sob uma perspectiva de maior abrangência, desenvolvida por Barry Buzan e outros autores (TANNO, 2003). O conceito de securitização como uma construção social que apoia os princípios desenhados por Onuf, um pioneiro do construtivismo, justifica que o mundo é uma construção social criada por meio dos discursos e das relações sociais, ou seja, para que um assunto específico seja percebido como um problema de segurança, ele deve primeiro ser necessariamente declarado um problema por algum ente de importância social, este processo de securitização pode ser observado através das análises de discursos.

Buzan e Weaver, dois dos mais respeitados autores da Escola de Copenhague, propuseram uma nova forma de analisar o tema segurança, substituindo-o por uma abordagem holística da segurança das comunidades humanas e das nações. Eles examinam o distinto caráter e dinâmica da segurança em cinco setores: militar, político, econômico, ambiental e social (CERÁVOLO e FRANCHI, 2020). Teoricamente há distinções conceituais entre os setores político e militar, mas o que Buzan aponta é a existência de uma intercambialidade parcial que une as duas forças no processo de constituição do governo, pois ambos estão ligados ao propósito do Estado, no enfrentamento de questões de dupla direções: para dentro, para a construção doméstica e vida do Estado, e para fora, para sua posição e relação com os outros membros do sistema internacional.

A respeito das questões de segurança militar surgiram indagações principalmente sobre a atuação em âmbito interno e externo, pelas quais as comunidades humanas estabelecem e mantêm os maquinários no governo, pois o exercício do governo ultrapassa o simples uso da força. Ou seja, em termos e condições de legitimidade política, o limite em que é aceito os recursos militares é tão impor-

tante quanto as considerações militares. Na prática, a agenda da segurança militar gira em torno da capacidade dos governos de mantê-los contra ameaças internas e externas, mas também pode haver necessidade de envolver o uso do poder militar na defesa dos Estados ou governos contra ameaças à sua própria existência, fazendo uma manutenção do seu *status quo*, como no caso do surgimento de migrantes ou ideologias rivais.

No que tange a sociedade, a análise da segurança social parte daquelas ideias e práticas que identificam os indivíduos como membros de um grupo social. A sociedade tem a ver com identidade, a autoconcepção de comunidades e de indivíduos que se identificam como membros de uma comunidade. Estes laços identitários são distintos, embora muitas vezes emaranhados com o espectro político organizacional, preocupada com o governo. O foco tem sido a política institucional do Estado, e conseqüentemente dos setores político e militar. Se um se aproxima da nação, outro setor entra em cena, a sociedade.

A agenda de segurança social é definida por diferentes atores em diferentes eras e regiões, mas um dos problemas mais comuns que foram vistos como ameaça à segurança social é a migração, de modo a alterar a identidade por consequência da mudança na composição da população. O deslocamento de pessoas pelo espaço geográfico é um velho hábito humano em sua história. Podemos considerar que esta migração ocorra por um problema de despovoamento, as pessoas podem tomar decisões individuais para se mudarem por diversas razões, sejam por razões de praga, guerra, fome, catástrofe natural ou políticas de extermínio.

A migração opera mais intensamente como dinâmica intrarregional e região vizinha. É mais fácil migrar em uma distância curta do que em uma longa e por impulsos culturais para viajar para vizinhos do que para lugares distantes. Diferentes sociedades têm diferentes vulnerabilidades e isto dependerá de onde e como as suas identidades são constituídas. O despovoamento ameaça a identidade social ao ameaçar seus indivíduos, mas não é especificamente uma parte da lógica de identidade do setor social, exceto talvez nos casos em que políticas de extermínio são motivadas pelo desejo de eliminar uma identidade num caso extremo, tal como acontece com o desemprego e o crime, estas são ameaças principalmente para indivíduos, apenas se eles ameaçam o colapso da sociedade estatal, eles se tornam questões de segurança social (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

#### **4 A crise migratória venezuelana, o estado de Roraima e os atores envolvidos**

O fluxo dos venezuelanos migrando para outros países aumentou significativamente a partir do ano de 2015, momento em que diversos países do continente americano, incluindo o Brasil, tiveram um aumento significativo no número de registros da presença de venezuelanos refugiados em seus territórios (SIMÕES, 2017). No início deste ano (2015), poucos venezuelanos se estabeleceram no país, havia um movimento crescente na fronteira Brasil-Venezuela de cidadãos venezuelanos para realizarem compras de diversos produtos, principalmente alimentos e medicamentos, mas poucos se mantinham no território. No entanto, a partir de 2016 o fluxo de venezuelanos para o Brasil aumentou ao longo do ano, este novo movimento migratório vinha em procura de serviços médico-hospitalares e com o intuito de permanecer no país. A Venezuela dispõe de faixa de fronteira com outros países, os estados venezuelanos mais a Sul e Leste fazem divisa apenas

com o Brasil e Guiana, os limites com os estados do Amazonas e Roraima, mas a porta de entrada dos refugiados acaba sendo por Roraima por causa do acesso (CERÁVOLO; FRANCHI, 2020).

Roraima é um estado localizado mais ao norte do Brasil e dispõe de fronteiras secas com Venezuela e Guiana. A capital de Roraima, Boa Vista, é a única capital brasileira localizada no hemisfério Norte do globo. Isso interfere na contagem das estações do ano com relação ao resto do país (VIDIGAL, 2021). O estado possui características peculiares, como o afastamento do centro político-econômico e a demarcação de 46% do estado como de terra indígena e apresenta problemas de ilícitos fronteiriços e ambientais na faixa de fronteira. O estado possui uma população de 576.568 habitantes (IBGE, 2018 apud CERÁVOLO; FRANCHI, 2020) e uma renda anual de 11 milhões de reais. Além disso, a rede elétrica é desconectada com a rede elétrica nacional, e recebe energia provida da hidrelétrica de Guri, na Venezuela.

O que chama a atenção são as causas que fomentam essa grande migração para o estado de Roraima, mais especificamente para o país que origina esse grande fluxo de pessoas migratórias, o país vizinho as fronteiras nacionais, a Venezuela, que tampouco sofre algum problema ambiental grave ou passa por algum período de guerra. Mas quais são ou foram os problemas que se tornaram tão graves a ponto dos cidadãos venezuelanos deixarem o seu país? (CERÁVOLO e FRANCHI, 2020). O autor Gustavo da Frota Simões, adjunto da Universidade Federal de Roraima (UFRR) avalia que a crise na Venezuela tem sua origem anterior ao ano de 2015, e divide a crise em três faces: uma econômica, uma política e uma social (SIMÕES, 2017).

Na última década a Venezuela apresentou um Índice de Desenvolvimento Humano relativamente alto (0,634), superior ao dos países vizinhos na América do Sul e Caribe (ex: Brasil 0,611 e Colômbia 0,592). O país foi um dos Estados fundadores da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1960, juntamente com Irã, Iraque, Kuwait e Arábia Saudita. Atualmente, a OPEP controla mais de 80% das reservas comprovadas de petróleo mundiais. O autor Tássio Franchi, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) avalia cada uma das três frentes da crise venezuelana, com isto, constrói-se a seguinte tabela.

**Tabela 1 – As três frentes da crise na Venezuela**

<b>Política</b>	O país sofre com a falta de manutenção de preceitos democráticos, marcada pela ascensão de um governo com inclinações socialista, na qual não há alternância de poder, comprometendo a gerência e o equilíbrio entre os três poderes, por consequência, acomete os poderes legislativo e judiciário, e afeta a capacidade de refrear ou fiscalizar as ações do poder executivo.
<b>Econômica</b>	O país não possui suficiente produção nacional que atenda as necessidades de demandas do mercado interno, ficando excessivamente à mercê das relações de importações. Apesar da Venezuela deter quase um quarto das reservas de petróleo, a famigerada queda do preço do petróleo no mercado internacional afetou diretamente o poder de aquisição do país.
<b>Social</b>	As crises política e econômica promoveram uma crise profunda e aguda no setor social. Os altos índices de criminalidade, atribuídos a falta de acesso da população a suplementos básicos, como o de alimentos e medicamentos, tornam-se um dos principais motivos para que os indivíduos deixassem a Venezuela, razões apontadas pelos migrantes que chegaram ao Brasil em 2017.

Fonte: Franchi, 2019.

Este problema tem origem na década de 1970, após o ano de 1973, a alta valorização do petróleo, principalmente, pela criação da Petróleos de Venezuela (1976), quando o Estado venezuelano passou a ter um maior controle sobre seu petróleo e, conseqüentemente, obteve uma parte maior de divisas. Isto possibilitou o país a comprar em larga escala produtos alimentícios com preços baixos e de boa qualidade no comércio exterior. A produção interna de alimento não foi capaz de competir com o mercado estrangeiro, fatidicamente ocorreu um atrofiamento na indústria alimentícia, que foi se desestruturando com o passar do tempo, até chegar ao ponto de não conseguir promover o auto abastecimento. Apesar de diversos presidentes e ministros da agricultura tentarem promover um quadro de produção melhor para os produtores locais desde os anos 1980, a importação de produtos básicos se manteve por conta dos dividendos da produção petrolífera. Contudo, a partir da segunda década dos anos 2000, mais especificamente a partir de julho de 2014, ocorreu uma queda sistemática dos preços do petróleo no mercado internacional, afetando o poder de compra da Venezuela, por consequência, ficou incapaz de suprir as demandas do consumo interno. Além disso, as subseqüentes crises econômicas e políticas, resultaram em uma crise social que tem se manifestado, sobretudo, na ampliação da insegurança interna. O resultado dessas crises e da falta de segurança física interna é o que alguns autores identificam como “diáspora venezuelana”, por causa do seu processo migratório que teve início em 2005 (CERÁVOLO e FRANCHI, 2020).

Por não poderem e/ou não quererem voltar ao seu país, por diversos motivos, muitos venezuelanos buscam o Brasil como refúgio e, por isso, segundo o autor Thiago Augusto Lima Alves, eles são considerados migrantes internacionais forçados, que cruzam as divisas nacionais de seus países em busca de proteção. Conforme a definição do ACNUR, os refugiados são aqueles que estão fora de seu país natal por temor aos seus direitos fundamentais por motivo de perseguição em virtude de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou a opinião política. Isso também ocorre devido à violência generalizada, grave violação dos direitos humanos e conflitos internos; portanto os refugiados não podem ou não querem voltar a seu país de origem porque não contam com proteção estatal (ASENSI; RIBEIRO; FILPO, 2021).

#### **4.1 O estado de Roraima e a operação acolhida**

A Operação Acolhida que, segundo o portal oficial do Governo Federal é coordenada pela Casa Civil, opera em três eixos, sendo eles: o ordenamento de fronteira (prevê documentação, vacinação e operação de controle do Exército Brasileiro); acolhimento (compreende oferta de abrigo, alimentação e atenção à saúde); e, por fim, a interiorização (objetivo de inclusão socioeconômica).

A operação conta com a participação de 11 ministérios, além de organizações da sociedade civil e organismos internacionais, dando oportunidades de inclusão socioeconômica aos refugiados e migrantes. Para se ter noção da importância desse tipo de operação de logística humanitária, a operação em questão já realizou mais de 217 mil atendimentos sociais; mais de 46 mil venezuelanos foram reconhecidos pelo Brasil como refugiados; além disso, mais de 255 mil CPFs foram emitidos. Outrossim, foram concedidos cerca de 155 mil pedidos de residência. Em relação às Forças Armadas, também segundo o portal do Governo Federal, aproximadamente, 4 mil mili-

tares já participaram das ações de acolhimento. Segundo informações do site do Governo Federal, a operação:

Atingiu a marca de 50 mil refugiados e migrantes venezuelanos interiorizados em três anos. Eles foram acolhidos em mais de 670 municípios brasileiros após chegarem ao Brasil em busca de um futuro melhor com emprego e acesso a serviços de educação e saúde. A interiorização é um dos eixos da Operação Acolhida, que leva voluntariamente venezuelanos de Roraima e Manaus para outras cidades como forma de inclusão socioeconômica, para reduzir a pressão populacional nessas regiões e oferecer melhores oportunidades aos migrantes e refugiados (BRASIL, 2021, n.p.).

Já em relação aos dados de refúgio no Brasil em 2020, segundo a 6ª edição da Refúgio em Números do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a partir dos dados fornecidos pela Polícia Federal, no ano de 2020, o Brasil recebeu, no total, 28.899 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado. Ainda segundo essa edição, houve uma variação negativa (-65%) quando comparado ao ano de 2019, quando o país recebeu 82.552 solicitações. Ainda em relação aos números:

A maior parte das pessoas que solicitaram reconhecimento da condição de refugiado no Brasil, em 2020, possuíam a nacionalidade venezuelana, ou tinham na Venezuela o seu país de residência habitual. Foram 17.385 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado que corresponderam a cerca de 60,2% do total de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado recebidas pelo Brasil naquele ano (SILVA et al. 2021, p. 9).

Quanto às solicitações de reconhecimento da condição de refugiado apreciadas pelo Conare no ano de 2020 [...] analisou 63.790 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, com destaque para o número de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado venezuelanos, 46.192 solicitações, que corresponderam a 72,4% do total de solicitações apreciadas pelo Comitê (e por sua Coordenação-Geral) em 2020 (SILVA et al., 2021, p. 16).

Quanto às solicitações de reconhecimento da condição de refugiado apreciadas pelo Conare no ano de 2020 [...] analisou 63.790 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, com destaque para o número de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado venezuelanos, 46.192 solicitações, que corresponderam a 72,4% do total de solicitações apreciadas pelo Comitê (e por sua Coordenação-Geral) em 2020 (SILVA et al., 2021, p. 16).



Em relação à Região Norte, o estado de Roraima concentrou o maior volume de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado em 2020. No ano de 2020, 75,5% das solicitações apreciadas pelo Conare foram registradas nas UFs que compõem esta região. Estes solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado tinham como origem, principalmente, a Venezuela (43.183) (SILVA et al., 2021).

## 5 Estações anemométricas

É evidente a vulnerabilidade na qual vivem os refugiados, além da invisibilidade que foi reforçada durante a pandemia do novo Coronavírus. Diante do que foi exposto, o presente trabalho irá realizar uma clipagem sobre os refugiados venezuelanos durante a pandemia do Coronavírus, expondo as características e ações ocorridas no decorrer desse período, analisando a partir da teoria dos Estudos de Segurança de Buzan e Weaver e a Escola de Copenhague. Ocorreu uma diminuição das informações e dados divulgados pelo Governo Federal, quanto pelas mídias tradicionais sobre o fluxo migratório e a Operação Acolhida neste período, devido às adversidades da situação. O fechamento das fronteiras dificultou o acesso dos refugiados a condições dignas de vida, impactando, muitas vezes, a saúde dos mesmos.

Fica evidente que o fechamento das fronteiras se trata de uma decisão política de cunho liberal, pois pode se observar que é paradoxal as alegações oficiais, na qual argumentam que as restrições da circulação de refugiados na fronteira Brasil-Venezuela foram medidas tomadas por precaução de saúde pública, afirmando que a situação se deu por “motivos sanitários relacionados aos riscos de contaminação pelo coronavírus”. O bloqueio ocorreu quando a Venezuela possuía apenas 33 casos registrados, enquanto as fronteiras aéreas do Brasil com a Europa mantinham-se abertas, mesmo após a divulgação dos registros de dezenas de milhares de casos que foram confirmados no continente europeu. Restringiu-se o acesso às fronteiras terrestres nacionais, que é a principal forma de travessia das pessoas em busca de proteção e refúgio, ao passo que as fronteiras aéreas, incluindo a própria Venezuela, permaneciam abertas. A portaria ainda estabelece punições aos refugiados: deportação e inabilitação de pedido de refúgio caso o estrangeiro descumpra a restrição (BRASIL, 2020 apud RODRIGUES; CAVALCANTE; FAERSTEIN, 2020).

Essa decisão por parte do Governo Federal evidencia mudanças das ações ligadas à Política Externa Brasileira e a tradição do Brasil como um país diplomático. Um desses marcos foi a saída do Brasil do Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular em 2019, gerando um “desconforto diplomático”, que indicou uma alteração na postura do país em relação à tal questão humanitária, além de romper com uma abordagem histórica do país em relação a migrações e refúgio (SILVA; BAHDUR, 2020). Em contrapartida, quando o estado do Amazonas estava com seu sistema de saúde em colapso, o presidente venezuelano Nicolás Maduro, liberou carga de oxigênio hospitalar da White Martins produzida no país para o estado em questão (MADURO, 2021).

Ainda sobre essas medidas e protocolos, logo no início da pandemia, segundo artigo de Verdélio (2020) publicado no dia 18 de março de 2020 no portal Agência Brasil, o governo restringiu temporariamente a entrada de venezuelanos por 15 dias por meios terrestres, alegando que caso a medida fosse descumprida, o migrante seria deportado e não poderia solicitar refúgio no Brasil. Além disso, essa medida se estendeu posteriormente. Atualmente, há uma nova portaria

em vigor, a 655 de 23 de junho de 2021, que, segundo o ACNUR (2021b), permite a entrada excepcional de venezuelanos em território brasileiro por motivos humanitários, porém as fronteiras brasileiras continuam fechadas.

A crise humanitária na qual a Venezuela se encontra vem se estendendo a alguns anos e com uma piora desde o início da pandemia, além de não ser foco na Agenda Internacional. Perante isto, e analisando as reportagens de diversas mídias, pôde-se extrair algumas situações ocorridas a fim de verificar o impacto da pandemia para os refugiados e para as ações da Operação Acolhida, que serão expostas abaixo. Ainda sobre o impacto do fechamento das fronteiras, segundo o portal Agência Senado, do Governo Federal, publicado no dia 23 de abril de 2021, a pandemia intensificou e agravou a situação dos refugiados, pois:

A Comissão Mista sobre Migrações Internacionais e Refugiados debateu nesta sexta-feira (23) a situação dos refugiados durante a crise sanitária no Brasil. Especialistas apontaram que o fechamento de fronteiras com outros países para impedir a transmissão do coronavírus contraria convenções internacionais e torna mais precário o acesso dos refugiados a direitos básicos (TEIXEIRA, 2021, n.p.).

No ano de 2020 o Governo Federal lançou um benefício financeiro para fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise da epidemia. Em relação à dificuldade do governo a contemplar a todos durante este período, segundo Vidigal (2021), ocasionou consequências aos refugiados, os que conseguem o auxílio acabaram por ajudar outros migrantes em situação mais vulnerável. A dificuldade ao acesso a auxílio levou alguns, por vezes, a trabalharem no mercado informal, apesar das restrições impostas, muitos outros ficaram sem fonte de renda. Vale ressaltar que, refugiado sem situação regular no Brasil, também possuem direito ao auxílio emergencial, mas houve interrupção no pagamento e até mesmo uma dificuldade em retirar os documentos para tal. Outro ponto importante destacado na notícia citada anteriormente, é a questão do mundo/atividades terem se tornado, em grande parte, digital, porém, esse “mundo” digital não chegou para todo mundo, pois muitos não têm acesso à internet móvel e, muito menos à um dispositivo móvel.

De acordo com a notícia veiculada pela Veja, no dia 10 de setembro de 2020 e atualizada no dia 05 de março de 2021 (COM A PANDEMIA..., 2021), devido a pandemia, aproximadamente, 6.000 venezuelanos voltaram do Brasil (fato que houve um grande alarde pelo regime de Maduro, a fim de desencorajar venezuelanos a deixarem o país), pois muitos dos refugiados eram dependentes de renda informal, sem renda, acabaram despejados dos locais de moradia. Isso caracteriza-se como um fluxo migratório misto. Outra questão infortuna e agravada pela pandemia foram os casos de abuso sexual de mulheres, segundo Martinez (2020), o fechamento das fronteiras e, conseqüentemente, de “rotas seguras”, colocaram mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade, como os de abusos sexuais, sequestros e tráfico nas rotas informais. Além disso, aumentaram a ocorrência de xenofobia e discriminação com os migrantes e refugiados.

Ainda sobre os impactos da pandemia para os refugiados venezuelanos, segundo o site do Governo Federal, publicado no dia 28 de maio de 2021, o Ministério da Cidadania participou da conferência internacional, realizada pela Organização das Nações Unidas, para debater sobre o

acolhimento dos mesmos e as necessidades dos mesmos a fim de construir iniciativas para garantir ações e apoio ao grupo. Também na reportagem consta que:

O governo brasileiro, por sua boa atuação na Operação Acolhida, foi convidado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) a integrar a Conferência de doadores da Plataforma R4V – Resposta a Venezuelanos e Venezuelanas. Com o tema “Pessoas refugiadas e migrantes invisíveis da Covid-19: impactos desproporcionais em grupos de proteção especial”, o evento ocorreu de 24 a 28.05 (BRASIL, 2021a, n.p.).

A Operação Acolhida possui apoio da Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela, que foi criada em 2018 a pedido do Secretário Geral da ONU, que solicitou ao ACNUR e à OIM que coordenasse respostas operativas e de integração interagências em relação aos refugiados e migrantes venezuelanos, entre suas funções/responsabilidades principais constam: elaboração de um plano de resposta harmonizado (RMRP); coordenação estratégica das ações das agências da ONU e da sociedade civil; articular as ações de apoio a Operação Acolhida; monitoramento das atividades; e, por fim, as relações com doadores. A plataforma em questão, segundo o portal da OIM Brasil, publicado no dia 13 de maio de 2021, apoiou a Operação Acolhida na retomada dos atendimentos aos refugiados e aos migrantes venezuelanos em Manaus.

Divulgado no portal do Governo Federal, no dia 21 de agosto de 2020 (BRASIL, 2020), houve um investimento de mais de R\$ 630 milhões no ano de 2020 na Operação Acolhida, para promover a inclusão dos refugiados no território nacional, além de afirmar que, desde o início da pandemia, as ações do governo brasileiro contribuíram para a interiorização de mais de 6,5 mil venezuelanos. Porém pôde-se perceber uma diminuição na interiorização durante a pandemia devido às medidas e protocolos de fechamento das fronteiras.

Ainda sobre a Operação Acolhida, segundo a reportagem do O Globo, publicada no dia 07 de julho de 2021 (OPERAÇÃO..., 2021), apesar desse investimento ter ocorrido em 2020, afirma que a operação corre risco de ser interrompida por falta de recursos, além disso, Braga Netto, ministro da Defesa, afirma que essa interrupção pode “comprometer a reputação do Brasil”. Netto ainda afirma que o orçamento atual dessa operação só permite manter as ações até o fim de julho deste ano, além de pedir mais 178,9 milhões de reais para que ela continue até março de 2022. De acordo com o Ministro da Defesa, em março de 2021 a operação contava com 13 abrigos com capacidade máxima para 7.642 imigrantes, onde eram oferecidas 10 mil refeições por dia (OPERAÇÃO..., 2021). Além disso, o Ministério da Defesa encaminhou um ofício ao Ministério da Economia e à Casa Civil da Presidência da República e anexo a ele uma nota técnica que afirma que o pedido é “urgente e imprescindível”. O valor pedido à Economia foi calculado de acordo com a média de gastos nas operações (OPERAÇÃO..., 2021). Segundo a reportagem veiculada no Correio Braziliense no dia 27 de dezembro de 2020, a partir das informações do jornal O Estado de São Paulo, afirma que os militares querem deixar a operação. Ainda segundo a reportagem:

O Ministério da Defesa discute no governo Jair Bolsonaro como retirar as Forças Armadas da Operação Acolhida, criada para receber e atender venezuelanos. Considerada modelo pelas Nações Unidas e um dos raros trunfos internacionais do governo, a operação está prestes a completar três anos e sofreu mudanças de dinâmica por causa da redução do fluxo de imigrantes provocado pela pandemia da covid-19 (MILITARES..., 2020, n.p.).

Em relação à estrutura, observa-se que:

Entre os militares, a Operação Acolhida é classificada como Força Tarefa Logística Humanitária. O comando é do Exército, que cede espaços no 3º Pelotão Especial de Fronteira em Roraima para receber os imigrantes. Eles também trabalham em Boa Vista, capital do Estado, e Manaus (AM), cidades que concentram os venezuelanos e têm abrigos. A cada três meses, militares da Marinha, da Aeronáutica e principalmente do Exército são deslocados de vários comandos do País para assumir como o contingente da vez (MILITARES..., 2020, n.p.).

Os militares, além da logística, estão também presentes na segurança e no atendimento à saúde, juntamente com outros órgãos. Na reportagem ainda expõe que:

Os generais dizem que esse "desvio" de função, como classificam, ocorre por pressão política e social, além da falta de pessoal e organização em outros órgãos de governo. Apesar da vontade de sair da Acolhida, os militares preveem dificuldades em encontrar outro órgão capaz de assumir as principais tarefas operacionais - o atendimento na ponta aos refugiados e imigrantes que escapam da crise generalizada na Venezuela (MILITARES..., 2020, n.p.).

Segundo Capomaccio (2021), a situação dos imigrantes no Brasil se agravou durante a pandemia. Conforme acrescenta a pesquisadora, especialista em migração e refugiados, Patrícia Nabuco, apesar do governo brasileiro reconhecer os venezuelanos como pessoas refugiadas, ainda existem muito preconceito e discriminação, principalmente, pelo fato de que muitos procedimentos estão apenas em português e não em outros idiomas, além de funcionários públicos que nem sempre estão preparados para trabalhar com essa população. Outro ponto importante é a dificuldade da revalidação de diploma aqui no Brasil. A reportagem ressalta que:

Durante a pandemia, os refugiados não foram considerados nas políticas públicas, muitos perderam o emprego e não tiveram acesso ao auxílio emergencial. Os imigrantes usam o RNM – Registro Nacional Migratório, reconhecido desde 2017 -, só que o acesso a ele era feito com o número de RG, documento que imigrantes e refugiados não possuem. Além disso, outros problemas foram enfrentados desde o primeiro ano de pandemia, como a proibição tanto de entrada quanto de saída de estrangeiros no País (CAPOMACCIO, 2021, n.p.).

Por fim, a última reportagem analisada no presente trabalho, veiculada na Folha de São Paulo, no dia 16 de junho de 2021, afirma que o mundo precisa fazer mais pelos refugiados venezuelanos, sendo que o custo de não agir agora põe em risco a estabilidade regional. Ainda segundo a reportagem:

A pandemia agravou ainda mais as dificuldades, aumentando os numerosos riscos que os venezuelanos enfrentam quando tentam alcançar a segurança. As medidas de confinamento prolongado dificultam as tentativas de encontrar emprego por parte dos refugiados e migrantes. As mulheres e as jovens, em especial, estão expostas a riscos ainda maiores de exploração e xenofobia (O MUNDO..., 2021, n.p.).

Na reportagem ainda fala sobre a importância da integração social e econômica na América Latina e a insuficiência do apoio internacional, principalmente, em relação à ONU, cujo financiamento conseguiu suprir apenas metade das necessidades financeiras para a causa.

## 6 Considerações finais

O Pós-Guerra Fria ficou marcado pela extensão do conceito de Segurança Internacional, na qual as migrações internacionais passaram a ser pensadas dentro dessa perspectiva da área de segurança. Certificado isto, observa-se que os impactos na agenda de segurança internacional, mais especificamente na agenda de segurança regional, tornam a crise migratória venezuelana um problema de instabilidade securitária internacional, pois não só o Brasil recebe pessoas refugiadas, como também a Colômbia, Peru, entre outros países. Porém muitas destas nações não possuem boas condições para recebê-los e, segundo o próprio ACNUR, alguns refugiados estão chegando a um ponto de extrema insalubridade, mesmo havendo políticas internacionais para o acolhimento, e as dificuldades enfrentadas pelos refugiados são agravadas na situação atual, principalmente em relação às questões econômicas e sociais.

A pesquisa também observou que a pandemia da Covid-19 impactou incisivamente nas questões migratórias em Roraima, produzindo efeitos tanto nos fluxos de migrantes e refugiados, como também na gestão dos processos migratórios realizada por governos, organizações internacionais e atores da sociedade civil. Apesar de já haver um consenso anterior de que a cooperação entre as nações produz bons resultados ao lidar com os fluxos migratórios, os eventos recentes deixaram isto mais evidente. Torna-se necessário e urgente a cooperação colaborativa e solidária entre os agentes nacionais e transnacionais para mitigar o sofrimento das pessoas que se encontram vulneráveis, como os migrantes em situação de refúgio, que antes do fechamento da fronteira, chegavam diariamente em grande número ao território nacional. Isto evidencia a importância de cada vez mais haver investimentos em operações interagências, focadas na integração social e econômica da América do Sul, a fim de buscar uma estabilidade no continente.

A despeito da existência da Operação Acolhida, ocorreram impactos nas atividades da operação, que afetaram três eixos dos trabalhos: ordenamento de fronteira, abrigamento e interiorização. A interiorização dos refugiados e migrantes, que não foi completamente paralisada

durante este período, teve alguns dos seus status de atuação comprometidos, como a interiorização abrigo-abrigo e a interiorização por vagas de emprego. Além disso, houve a necessidade da criação da Área de Proteção e Cuidado (APC) de modo a permitir o isolamento de casos suspeitos e confirmados de COVID-19.

Em relação à análise de mídia realizada no presente artigo, foi possível perceber que não houve uma abordagem eficiente sobre os refugiados durante a pandemia, havendo poucas reportagens acerca da realidade dos mesmos. Porém, é evidente os impactos negativos da mesma, principalmente, em relação aos fluxos migratórios, impactando também as ações realizadas pela Operação Acolhida, que foi paralisada, porém, a partir da clipagem, não se pôde apurar por quanto tempo. Apesar destes impactos negativos, tem havido um esforço de grande importância dos atores envolvidos na busca por soluções efetivas na proteção dos solicitantes de refúgio venezuelanos, apesar dos limitados recursos para conter a disseminação da Covid-19.

Por fim, a pandemia evidenciou maior necessidade de colaboração e solidariedade entre as nações para o enfrentamento desta situação. O Brasil necessita da ajuda humanitária do ACNUR para auxiliar na questão dos refugiados, e neste contexto, as relações internacionais entre os países e instituições não serão – ou não deveriam ser – as mesmas. Medidas isolacionistas e fechamento de fronteiras não resolverão os problemas vividos atualmente, apenas se agravaram ao serem negligenciados. É necessário, neste novo cenário internacional, pensarmos novas formas de refutar antigos empasses sociais, buscando caminhos traçados pela ciência, a fim de ampliar a cooperação internacional.

### **Autoria e Colaborações**

Todos os autores participaram de modo equivalente na elaboração do artigo.

## Referências

ACNUR. **ACNUR no Brasil**. Brasília, DF: ACNUR no Brasil, 2021a. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/acnur-no-brasil/>. Acesso em: 18 jul. 2021.

ACNUR. **Entrada e regularização migratória de venezuelanos no Brasil**: nova portaria 655 de 23 de junho de 2021. Brasília, DF: ACNUR no Brasil, 2021b. Disponível em: <https://help.unhcr.org/brazil/informativo-para-a-populacao-venezuelana/regularizacao-migratoria-e-entrada-de-venezuelanos-no-brasil/>. Acesso em: 1 ago. 2021.

ASENSI, F.; RIBEIRO, G. M. de A; FILPO, K. P. L. (org.). **Perspectivas do direito à saúde**. Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Notícias e conteúdo. **Governo Federal investe mais de R\$ 630 milhões em 2020 na Operação Acolhida para promover a inclusão de refugiados**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 21 ago. 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/desde-o-inicio-da-pandemia-governo-federal-ja-contribuiu-para-a-interiorizacao-de-mais-de-6-5-mil-venezuelanos-pela-operacao-acolhida>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Notícias e conteúdo. **Ministério da Cidadania participa de conferência internacional sobre impactos da pandemia na acolhida de migrantes venezuelanos e indígenas**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 28 maio 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/ministerio-da-cidadania-participa-de-conferencia-internacional-sobre-impactos-da-pandemia-na-acolhida-de-migrantes-venezuelanos-e-indigenas>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Seus direitos. Refúgio. **Conare**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2021b. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/conare>. Acesso em: 18 jul. 2021.

BRASIL. Notícias. Cidadania e assistência social. **Operação Acolhida interioriza mais de 50 mil venezuelanos para começarem uma vida nova no Brasil**. Brasília, DF: 20 abr. 2021c. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/04/operacao-acolhida-interioriza-mais-de-50-mil-venezuelanos-para-comecarem-uma-vida-nova-no-brasil>. Acesso em: 16 jul. 2021.

BUZAN, B.; WAEVER, O.; WILDE, J. de. **Security: a new framework for analysis**. Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CAPOMACCIO, S. Situação de imigrantes no Brasil se agrava durante pandemia. **Jornal da USP**, São Paulo, 5 maio 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/situacao-de-imigrantes-no-brasil-se-agrava-durante-pandemia/>. Acesso em: 26 jul. 2021.

CARVALHO, C. M. da S.; MOREIRA, B. R. da C.; CORDEIRO, T. B. da S. Proposta de modelos de relatórios de clipping diário e semestral. **Conexões: Revista de Relações Públicas e Comunicação Organizacional**, Manaus, v. 1, n. 1, p. 48-67, jan./jun. 2018.

CERÁVOLO, L. E. S.; FRANCHI, T. A resposta brasileira à imigração venezuelana recente em Roraima. **Revista de Ciências Militares**, Lisboa, v. 8, n. 2, p. 235-260, nov. 2020. Disponível em: [https://www.ium.pt/?page\\_id=5714](https://www.ium.pt/?page_id=5714). Acesso em: 8 nov. 2021.

CLARO, C. de A. B. Do estatuto do estrangeiro à lei de migração: avanços e expectativas. **Boletim de Economia e Política Internacional IPEA**, Brasília, DF, n. 26, set. 2019/abr. 2020. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9820/1/BEPI\\_n26\\_Estatuto.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9820/1/BEPI_n26_Estatuto.pdf). Acesso em: 8 nov. 2021.

COM A PANDEMIA, cerca de 6.000 venezuelanos voltaram do Brasil. **Veja**, São Paulo, 5 mar. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/com-a-pandemia-cerca-de-6-000-venezuelanos-voltaram-do-brasil/>. Acesso em: 18 jul. 2021.

FRANCHI, T. Operação Acolhida: a atuação das forças armadas brasileiras no suporte aos deslocados venezuelanos. **Military Review**, Fort Leavenworth, ed. brasileira, jan. 2019. Disponível em: <https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/Online%20Exclusives/Franchi-operacao-acholhida-a-atuacao-das-forcas-armadas-brasileiras-no-suporte-aos-deslocados-venezuelanos-Jan-2019-4.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2021.

GHOSH, A. K.; CHAUDHURY, A. B. R. Migrant workers and the ethics of care during a pandemic. In: SAMADDAR, R. (ed.). **Borders of an epidemic: covid-19 and migrant workers**. Kolkata, Índia: Mahanirban Calcutta Research Group, 2020. p. 01-30.

GREER, S. L. et al. **Coronavirus politics: the comparative politics and policy of COVID-19**. Michigan: University of Michigan Press, 2021.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MADURO autoriza e empresa vai buscar oxigênio para hospitais do Amazonas na Venezuela. **Exame**, Rio de Janeiro, 15, jan. 2021. Disponível em: <https://exame.com/brasil/maduro-autoriza-e-empresa-vai-buscar-oxigenio-para-hospitais-do-amazonas-na-venezuela/>. Acesso em: 1 ago. 2021.

MARTINEZ, M. Mulheres fugindo da Venezuela são alvos de abuso em meio a fronteiras fechadas. **CNN Brasil**, [São Paulo], 22 nov. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/11/22/mulheres-fugindo-da-venezuela-sao-alvos-de-abuso-em-meio-a-fronteiras-fechadas>. Acesso em: 18 jul. 2021.



MILITARES querem deixar operação que acolhe venezuelanos. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 27 dez. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/12/4897144-militares-querem-deixar-operacao-que-acolhe-venezuelanos.html>. Acesso em: 30 jul. 2021.

MOREIRA, E.; TORELLY, M. (org.). **Soluções duradouras para indígenas migrantes e refugiados no contexto do fluxo venezuelano no Brasil**. Brasília, DF: Organização Internacional para as Migrações - OIM, 2020. Disponível em: [https://brazil.iom.int/sites/brazil/files/Publications/OIM%20\\_solucoes\\_duradouras\\_para\\_ind%C3%ADgenas\\_migrantes%20web.pdf](https://brazil.iom.int/sites/brazil/files/Publications/OIM%20_solucoes_duradouras_para_ind%C3%ADgenas_migrantes%20web.pdf). Acesso em: 8 nov. 2021.

O MUNDO precisa fazer mais pelos refugiados venezuelanos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 jun. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/06/o-mundo-precisa-fazer-mais-pelos-refugiados-venezuelanos.shtml>. Acesso em: 27 jul. 2021.

OIM. News. **Plataforma R4V apoia Operação Acolhida na retomada dos atendimentos a refugiados e migrantes venezuelanos em Manaus**. Brasília, DF: Organização Internacional para as Migrações - OIM, 2021. Disponível em: <https://brazil.iom.int/news/plataforma-r4v-apoia-opera%C3%A7%C3%A3o-acolhida-na-retomada-dos-atendimentos-refugiados-e-migrantes>. Acesso em: 25 jul. 2021.

OPERAÇÃO de ajuda a refugiados venezuelanos corre risco de ser interrompida por falta de recursos, diz Defesa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 jul. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/operacao-de-ajuda-refugiados-venezuelanos-corre-risco-de-ser-interrompida-por-falta-de-recursos-diz-defesa-25095879>. Acesso em: 29 jul. 2021.

RODRIGUES, I. A.; CAVALCANTE, J. R.; FAERSTEIN, E. Pandemia de Covid-19 e a saúde dos refugiados no Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/KJshrr5QR8hXFFRqhy6Qv3g/?lang=pt#ModalTutors>. Acesso em: 18 jul. 2021.

SILVA, G. J. et al. **Refúgio em números**. 6. ed. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Observatório das Migrações Internacionais, 2021.

SILVA, S. C.; BAHDUR, D. H. Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular: uma análise sobre a saída do Brasil e seus reflexos. In: PRÓ-ENSINO: MOSTRA ANUAL DE ATIVIDADES DE ENSINO DA UEL, 2., 2020, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2020. Disponível em: <http://anais.uel.br/portal/index.php/proensino/article/view/1407/1287>. Acesso em: 8 nov. 2021.

SIMÕES, G. Venezuelanos em Roraima: migração no extremo norte do país. **Mundorama: Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**, Brasília, DF, p. 45-55, 2017. Disponível em: <https://www.mundorama.net/?p=23834>. Acesso em: 31 out. 2017.

TANNO, G. A contribuição da Escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 47-80, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/cmMZVcmhLFZdMgVzB9k6dNw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 8 nov. 2021.

TEIXEIRA, R. Pandemia agrava situação de refugiados, aponta debate. In: BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Senado notícias**. Brasília, DF: Senado Federal, 23 mar. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2021/04/pandemia-agrava-situacao-de-refugiados-aponta-debate>. Acesso em: 18 jul. 2021.

VERDÉLIO, A. Governo restringe temporariamente entrada de venezuelanos no Brasil. **Agência Brasil**, Brasília, 18 mar. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-03/governo-restringe-temporariamente-entrada-de-venezuelanos-no-brasil>. Acesso em: 26 jul. 2021.

VIDIGAL, L. Para enfrentar a pandemia, refugiados no Brasil se ajudam em iniciativas e redes de auxílio. **G1**, [s. l.], 24 mar. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/03/24/para-enfrentar-pandemia-refugiados-no-brasil-se-ajudam-em-iniciativas-e-redes-de-auxilio.ghtml>. Acesso em: 19 jul. 2021.